

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Geral da Presidência

Coordenadoria de Protocolo e Triagem

RELATÓRIO DE TRIAGEM Nº 446/2020 DENÚNCIA REPRESENTAÇÃO **COM PEDIDO LIMINAR** 1. INFORMAÇÕES GERAIS Protocolo do documento: 6182811/2020 Data do protocolo: 10/06/2020 Jurisdicionado denunciado / representado: Reinaldo Batista Arantes - Prefeito do Município de Serranos/MG. Município: Serranos/MG CNPJ: 18.008.912/0001-75 2. INFORMAÇÕES PRELIMINARES Data de abertura do procedimento licitatório: não se aplica Objeto da denúncia / representação: indícios de superfaturamento de notas e possíveis notas frias de materiais de construção adquiridos pela Prefeitura Municipal de Serranos. Período dos fatos denunciados / representados: 2019/2020 Ano de referência para fins de autuação: 2020 Origem dos recursos: municipais Valores envolvidos: R\$ 850.620,00 (conforme informado na representação) 3. DENUNCIANTE / REPRESENTANTE (Pessoa Jurídica) Nome completo: Câmara Municipal de Serranos/MG CNPJ: 01.963.093/001-12 Prova de existência: Não se aplica Habilitação dos signatários para representar a denunciante / representante: - Vanderlei Antônio da Costa - Presidente da Câmara Municipal de Serranos Endereco completo: - Rua Princesa Isabel, 98 - Bairro Centro, Serranos/MG Procurador: 4. ANÁLISE 4.1 – A denúncia / representação versa sobre matéria de competência do Tribunal (inciso I §1º do art. 301, do Regimento Interno)? NÃO SIM **PARCIALMENTE** X Justificativa / Observações: 4.2 – Os fatos ocorreram há mais de 5 (cinco) anos (§ 1º do art. 19 da LOTCEMG)? NÃO Alguns dos fatos ocorreram há mais de 5 (cinco) anos SIM Justificar e indicar se há indícios de dano ao erário ou má fé: 4.3 – A denúncia / representação é redigida com clareza (inciso II do § 1º do art. 301 do Regimento Interno)?

SIM

NÃO

Página I de 3



Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Secretaria Geral da Presidência

Coordenadoria de Protocolo e Triagem

Justificativa / Observações:
4.4 – Foram entregues a cópia do documento de identidade e do Cadastro de Pessoa Física ou, sendo a denunciante / representante pessoa jurídica, a comprovação de sua existência e de que os signatários têm habilitação para representá-la (inciso III do § 1° e § 2° do art. 301 do Regimento Interno)? SIM X NÃO PARCIALMENTE
Em caso de resposta negativa / parcialmente, especificar: - Em que pese o representante não ter encaminhado a cópia do documento de identidade e do cadastro de pessoa física, em consulta ao site da Câmara Municipal de Serranos/MG, verifica-se que este é vereador.
4.5 – A denúncia / representação contém informações sobre o fato, a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção do denunciante / representante (inciso IV do § 1º do art. 301 do Regimento Interno)? X SIM NÃO PARCIALMENTE
Justificativa / Observações: A Câmara Municipal de Serranos/MG, através de seu Presidente, informa que por meio de uma denúncia, tomou conhecimento de indícios de superfaturamento de notas e possíveis notas frias de materiais de construção adquiridos pela Prefeitura Municipal de Serranos/MG junto a uma empresa local, de propriedade do irmão do Prefeito Municipal. Alega que já formalizou a instauração de uma CPI para apuração. No entanto, os partidos políticos não indicaram os membros para a apuração. Pontua que levou a questão inclusive ao conhecimento do Ministério Público da Comarca de Aiuruoca, os quais solicitaram o envio da documentação a este Tribunal.
4.6 – Há indicação das provas que serão produzidas ou indícios veementes da ocorrência dos fatos (inciso V do § 1º do art. 301 do Regimento Interno)? X SIM NÃO
Justificativa / Observações:
4.7 – A denúncia / representação contém cópia do instrumento convocatório completo (parágrafo único do art. 312 do Regimento Interno)? SIM NÃO X NÃO SE APLICA
Justificativa / Observações:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Geral da Presidência

Coordenadoria de Protocolo e Triagem

5. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO
5.1 Arquivamento em razão da ocorrência da prescrição, nos termos do § 1º do art. 19, da LOTCEMG, sem indícios de má fé ou de dano ao erário.
5.2 Autuação como denúncia, tendo em vista o atendimento aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 301 do Regimento Interno.
X 5.3 Autuação como representação, tendo em vista o atendimento aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 310 e 311 do Regimento Interno.
5.4 Arquivamento em razão do não atendimento aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 301 do Regimento Interno.
Determinação para que o denunciante / representante complete ou emende a denúncia / representação, no prazo de 10 (dez) dias, em razão de indício veemente da existência do fato denunciado / representado.
5.6 Encaminhamento à Superintendência de Controle Externo para subsidiar o planejamento das ações de fiscalização.
5.7 Submissão da denúncia / representação ao Órgão ou Entidade competente, para adoção de medidas cabíveis.
5.8 Envio de cópia do documento ao Órgão ou Entidade competente para adoção de medidas cabíveis.
5.9 Encaminhamento à Superintendência de Controle Externo para análise técnica complementar.
Justificativa / Observações:

Belo Horizonte 15 de junho de 2020.

Vithória de Oliveira Corrêa Assessor Administrativo II

Reginaldo de Pádua Ribeiro

Coordenador TC 1464-5